



Revista Brasileira de História
ISSN: 0102-0188
rbh@edu.usp.br
Associação Nacional de História
Brasil

Pontual, Virgínia
Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas
Revista Brasileira de História, vol. 21, núm. 42, 2001, pp. 417-434
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26304208>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas

Virgínia Pontual*

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Este trabalho trata de visões e narrativas sobre a cidade do Recife, a partir das quais se pretende discutir as seguintes indagações: Constituem essas narrativas representações que se eliminam e contrapõem? Indicam essas narrativas sentidos de estranhamento e familiaridade? Para tanto, foi relegada à perspectiva das evoluções contínuas no tempo e foi adotado o entendimento sobre representações em Roger Chartier, “A História Cultural: entre práticas e representações”. Foram igualmente pesquisados relatos de memorialistas portugueses e holandeses que aqui estiveram nos primeiros tempos da colonização, séculos XVI e XVII, e narrativas de urbanistas, geógrafos e jornalistas das décadas de 1930 e 1950. A interpretação realizada ao se fazer a discussão indicada procura mostrar que as representações contidas nas narrativas das origens não se dissiparam: mantiveram-se e superpõem-se às da atualidade, constituindo a tessitura cultural do Recife. Contudo, enquanto as primeiras expressam um sentido de positividade, as atuais estão repletas de negatividades, tão próprias aos urbanistas e jornalistas. Palavras-chave: narrativas; cultura; representações.

ABSTRACT

This investigation looks at perspectives and narratives about the city of Recife, with the intention of discussing the following inquiries: Do these narratives constitute representations which eliminate and oppose themselves? Do these narratives express feelings of strangeness and familiarity? For this analysis, the perspective of a continuous evolution in time was used, as well as Roger Chartier’s understanding of representations in “Cultural History: between practice and representations”. The research included memoir accounts of Portuguese and Dutch writers that were in the early years of colonization, 16th and 17th centuries, as well as narratives from urbanists, geographers and contemporary journalists from the 30’s and 50’s of the 20th century. The interpretation carried out in the discussion, attempts to demonstrate that the representations contained in the narratives of the early days of the city have not dissipated, but have remained present in the cultural texture of the city, overlapping with more current representations. Yet, while the first representations express a sense of positivism, the more current narratives are full of the negativism that is typical of urbanists and journalists. Keywords: narratives, culture, representations.

Especular sobre a história da cidade do Recife tem sido uma tarefa acadêmica instigante e inconclusiva. Deparamo-nos com múltiplas narrativas a partir das quais podemos indagar: Constituem essas narrativas representações que se eliminam e contrapõem? Indicam essas narrativas sentidos de estranhamento e familiaridade? Para tanto, foi relegada à perspectiva das evoluções contínuas no tempo e foi adotado o entendimento sobre representações, como a reconstituição de um fato que pode ser expressa por meio de uma imagem ou metáfora.¹ Portanto, os enunciados dos memorialistas e urbanistas sobre a cidade do Recife são passíveis de construções de figurações que não têm relação de causalidade mas de superposição. Igualmente, os sentidos de estranhamento e familiaridade operam como polaridades, seja diante de uma realidade desconhecida, seja diante da recordação de uma formação urbana. Para fazer esta discussão reconstituindo a história da cidade e de sua tessitura cultural, passaremos pelos relatos de alguns memorialistas portugueses e holandeses que aqui estiveram nos primeiros tempos da colonização, séculos XVI e XVII — as nossas origens revisitadas —, e os cotejaremos com narrativas de urbanistas, geógrafos e jornalistas das décadas de 1930 e 1950.

418 DA PEDRA FURADA À CIDADE MAURÍCIA

As cinqüenta léguas de terra desta capitania se contêm do rio de São Francisco (...) até o rio de Igarauçu (...) e chama-se de Pernambuco, que quer dizer mar furado, por respeito de uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamará. E também se poderá assim chamar por respeito do porto principal desta capitania, que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita que não cabe mais de uma nau enfiada após outra e entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, onde vêm acabar de carregar as naus grandes, e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas ou pouco mais, para o que está ali uma povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos de açúcar, que são umas lógeas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios. Esta povoação, que se chama do Recife, está em oito graus, uma légua da vila de Olinda, cabeça desta capitania, aonde se vai por mar e por terra (...).²

Transpor uma narrativa de uma época para outra pode constituir uma ação de transformar uma coisa em outra, de evocar um Recife que não mais existe, mas que também continua existindo por meio da palavra. O Povo, Povoação dos

Arrecifes ou Ribeira Marinha dos Arrecifes,³ nas palavras dos memorialistas, como no caso do português Frei Vicente do Salvador, datadas do século XVII, portanto distantes no tempo, torna-se poético. Esse Recife, porto da vila de Olinda distante cerca de uma légua, era uma povoação de 200 vizinhos e uma ermida. Era importante local de trocas entre metrópoles e colônia, possibilitando o ir e o vir de pessoas e coisas por navios, tão próprio ao século XVI.

Neste porto de Olinda se entra pela boca de um arrecife de pedra ao sudoeste e depois norte sul (...) por esta boca entra o salgado pela terra dentro uma légua, ao pé da villa; e defronte do seu surgidouro dos navios faz este rio outra volta deixando no meio uma ponta de arêa onde está uma ermida do Corpo Santo. N'este lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazens em que os mercadores agasalham os assucares e outras mercadorias (...) perto de uma légua da boca d'este arrecife está outro boqueirão, que chamam a Barreta, por onde podem entrar barcos pequenos estando o mar borranço (...).⁴

A narrativa empreendida pelo português Gabriel Soares de Souza, intitulada *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, considerada como uma das mais antigas, destaca a natureza em sua pujança, descreve a paisagem natural de modo a mostrar como ela era irresistível aos viajantes, intrépidos desbravadores, e indica a composição territorial, econômica e social da vila de Olinda, centro do poder e da riqueza colonial, e do seu porto no Recife. A possessão e o domínio dos lugares eram de acordo com a bravura dos capitães e comandantes militares dos mares e das terras, mas aos engenheiros militares, naturalistas e demais cientistas, que por aqui vieram, cabiam as tarefas de examinar, conhecer e registrar os ambientes estranhos, dando-lhes uma significação. Ambos os exercícios, de comando e de investigação, constituíam-se em atos de audácia e de autoridade, embora realizados de forma diversa.

A colonização portuguesa no Brasil, entre 1537 e 1630, teve a Capitania de Pernambuco como um dos seus principais centros de irradiação. O dinamismo dessa economia colonial tinha no porto, nos engenhos de açúcar e no acesso à propriedade da terra seus elementos principais. O Recife, interdependente da “*senhorial Olinda*”, teve a formação de sua estrutura social relacionada a esses elementos e foi composta por pescadores, canoeiros, jangadeiros, artífices, colonos, soldados, mercadores, negociantes, funcionários e clérigos.⁵

Os registros feitos pela gente da terra e pelo cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão confirmam esta interdependência, como também expressam a visão arrebatadora e idílica proporcionada àqueles que conhecessem o Povo e a vila de Olinda, sugerindo constituir-se o simples fato da apropriação pela visão

de uma paisagem desconhecida uma forma de riqueza para além daquela propiciada pela economia colonial.

Essa capitania é tal que se antecipa a sua riqueza e abundância à forma que dela dão os que a viram pelo olho. É de senhorio, por que de presente é Capitão e Governador dela, por Sua Majestade, Duarte Coelho de Albuquerque, a quem importam as pensões, redízima e outros direitos que dela colhe, em cada ano, ao redor de vinte mil cruzados; importando os seus dízimos, alfândega, pau do Brasil, no estado em que hoje está, à fazenda de Sua Majestade, perto de cem mil cruzados, isto afora os açúcares que se navegam e entram nas alfândegas do Reino (...).⁶

A disposição urbana da Povoação dos Arrecifes, segundo Menezes,⁷ era simples e condicionada pela estreita faixa de terra seca. As edificações civis e religiosas foram dispostas ao longo dessa faixa, tendo uma rua por eixo, um largo com uma ermida, becos e ruelas estreitos e transversais cercados por paliçada de madeira de pau-a-pique, além das três portas: uma, no lado do mar com seu trapiche; outra, no lado do istmo ou da terra voltada para a vila de Olinda, e a terceira, voltada para a ilha de Antônio Vaz.

420

O ano de 1630 marca uma ruptura na colonização portuguesa com a chegada dos holandeses a Pernambuco, trazendo nas diversas comitivas outros memorialistas que vão registrar um outro tempo, uma outra maneira de apropriar-se de uma natureza desconhecida e extasiante. Joannes de Laet, historiador holandês dos feitos praticados no Brasil até o ano de 1636, registrou passo a passo os desembarques das tropas, os ataques aos portugueses e a conquista da cobijada capitania de Pernambuco; porém, não se furtou a deleitar-se com a apropriação idílica da estranha natureza que logo se tornaria familiar.

(...) será conveniente que digamos um pouco da situação e grandeza da Capitania de Pernambuco. É realmente uma das maiores que se encontram em todo o Brasil (...). Em summa, tanto pelos seus recursos e vantagens, como pela sua segurança, pode considerar-se a Capitania de Pernambuco como o paraíso do Brasil e tão boa como um reino.⁸

Riqueza, abundância e grandeza foram os significados econômicos conferidos pelos citados memorialistas à Capitania de Pernambuco, porém, não são eles que denotam a singularidade do local e o sentido de estranhamento dos portugueses e holandeses.

(...) entre o rio Beberibe e o mar, estende-se uma estreita península, em cuja ponta está uma povoação chamada Recife, onde fazem o embarque e o desembarque de todas as mercadorias e onde habitava muita gente. Perto do meio dessa nesga

de terra (...) está o Poço, no qual grandes navios podem ancorar (...). Do outro lado do Poço, na ponta do Recife de pedra, (que se estende ao longo da costa do Brasil, com varias interrupções) estava um fortim ou torre redonda, construido, havia muitos annos, de pedra durissima, quasi dentro do mar, e, fazendo face a esse, na já citada nesga de terra ou península do Recife, havia outro a que os portugueses chamavam S. Jorge.⁹

Pedra furada, arrecife, porto, surgidouro, poço, barreta, estreita península, ou melhor, “por esta boca entra o salgado terra adentro”, são palavras que imprimem um sentido de territorialidade incerta, não dominada. Lugar por onde se entra e se pode ser abocanhado e capturado, não só por outros homens como também pela natureza diferente e exótica, provocando sentimentos de fascínio e medo.

No tempo dos holandeses, os portugueses também escreveram narrativas sobre a capitania de Pernambuco, como a do frei Manuel Calado do Salvador. Esse frade, da Ordem de São Paulo dos Eremitas da Serra d’Ossa, participou da guerra da resistência contra o holandês, gozou da amizade de Maurício de Nassau e, ainda, registrou os fatos ocorridos sob o domínio dos holandeses no Brasil, entre 1634 e 1646.

421

Andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua cidade, que para afervorar os moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por o meio dela, por um dique, ou levada, a água do rio Capibaribe a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis, e barcas para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Holanda, de sorte que aquela ilha ficava toda rodeada de água: também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquele areal estéril, e infrutuoso plantou um jardim, e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil (...) pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e eles lh’os mandavam trazer (...) e assim também lhe ajudaram a fazer as suas duas casas, assim esta do jardim aonde morava, como a da Boa Vista sobre o Capibaribe aonde ia muitos dias passeando a se recrear, porque uns lhe mandavam a madeira, outros a telha, e o tijolo, outros a cal, e finalmente todos o ajudaram no que puderam; e ele se mostrava tão agradecido, e favorecia de sorte aos portugueses, que lhe parecia que tinham nele pai, e lhe aliviava muito a tristeza, e dor de se verem cativos.¹⁰

Essa narrativa mostra que, no século XVII, a cidade do Recife passou a ser figurada diversamente pelos memorialistas. A natureza já não era tão estranha

e o ambiente era modelado ao gosto dos novos governantes holandeses, com a realização de intervenções urbanísticas que agradavam a todos. É importante dizer que, após o incêndio de Olinda, em 1631, o Recife deixa de ser apenas um porto e torna-se o centro político do governo holandês no Brasil. Torna-se a cidade Maurícia, ou Mauritsstad.

Confronte-se o aspecto de Olinda caindo e de Mauriciópole surgindo em vossa honra não se hesitará em decidir qual dos dois espetáculos é mais deleitável.¹¹

As memórias escritas por Barlaeus, professor holandês, registram os feitos da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, principalmente aqueles empreendidos sob o governo de Nassau, enaltecendo a estratégia e a defesa militar utilizadas por esse governante.

Recife é a principal sede do governo, do comércio e da guerra, e também rica dispenreira de armas, bastimentos e mercadorias. Da banda que entesta com Olinda, tem diante de si dois baluartes (...). Une-os uma cortina que corre entre os dois, defendida por uma paliçada. No meio dela abre-se uma porta para dar passagem aos que saem do Recife ou nele entram... serve para a segurança do interior da costa e do exterior do porto.¹²

422

Nesta descrição, ainda está destacada a existência de duas baterias de canhões de bronze, localizadas junto à costa, no porto, além dos seguintes fortes: o de São Jorge, no caminho de Olinda, e, próximo a esse, os do Brum e do Reduto ou Torre, o de Wardenburch, ao pé de uma salina entre os rios Capibaribe e Beberibe, o do Príncipe Guilherme, no rio dos Afogados, guardando as estradas que levavam ao sertão, o de Ernesto e o de Frederico ou Cinco Pontas. Os dois últimos estavam localizados na ilha de Antônio Vaz, entre os quais foi construída a cidade Maurícia.

O orgulho holandês não estava restrito às milícias militares, mas comportava, igualmente, a realização de grandiosos empreendimentos urbanísticos.

Isso fez Nassau. Repartindo o seu governo entre tantos negócios de peso, quis ocupar-se primeiro em construir um palácio para si e depois duas pontes, aquele mais para uso seu e estas para utilidade pública (...). O palácio por ele construído (chama-se Friburgo, isto é, cidade da liberdade) tem duas torres elevadas, surgindo do meio do parque, visíveis desde o mar, a uma distância de seis a sete milhas, e servem de faróis aos navegantes. Uma delas, tendo no topo uma lanterna e jorrando sua luz nos olhos dos nautas, atrai-lhes a vista para si e para o forte da costa, indicando-lhes a entrada segura e certa do porto (...). Ainda hoje pompeia, em seu esplendor, o palácio de Friburgo, protegendo a ilha de Antônio Vaz e deleitando os

cidadãos, como perene monumento da grandeza nassóvia no outro hemisfério. É certamente admirável quanto estas construções e edifícios abalaram a confiança que tinham os portugueses, aumentando a dos nossos, que têm boa opinião da estabilidade dessas nossas conquistas (...).¹³

Outros empreendimentos urbanísticos constituíram, também, a cidade Maurícia, como o sistema de canais, o jardim botânico, a ponte de ligação com a ilha do Recife e outra de comunicação com o continente, o palácio da Boa Vista e o museu.

A construção dessa cidade propiciou, então, a formação de outras significações para o Recife. Palácios, pontes, parques, museus, sistemas de canais vêm substituir a dominância das palavras associadas às defesas e conquistas militares, indicando um deslocamento das representações relativas ao desbravamento e domesticação de uma natureza exótica para um ambiente laico e mundano. O Recife passou a ter o sentido de “cidade da liberdade”.

Essas narrativas moldaram um contexto cultural permeado de ufanismo, destemor e audácia, assim como de incertezas relativas à apropriação da natureza externa ao homem, embora não possamos deixar de fazer referências às outras histórias que diriam da dominação, escravidão e sujeição do homem pelo homem, principalmente dos índios e dos negros. Há que enfatizar, entretanto, como os sentidos de mundanidade associados à liberdade passaram desde logo a constituir uma idéia sobre o Recife, a despeito das suas igrejas e ermidas. Se nas nossas origens as representações formadas foram essas, que outras se incorporaram nas décadas de 1930 e 1950, quando se verifica um período de modernização da cidade?¹⁴

423

DA CIDADE TENTACULAR À MANCHA URBANA: RECIFE, MENINA MAL-EDUCADA

Nas últimas décadas do século XIX, a situação não se havia alterado. Os espaços compactamente urbanos continuaram a ser apenas os do Recife, Santo Antônio e São José. Fora daí, encontramos áreas urbanizadas, menores e esparsas, nos bairros da Boa Vista e Santo Amaro (...) a existência de uma ocupação suburbana rarefeita, de feição linear, partindo do núcleo urbanizado e disposta ao longo das vias de circulação principal, em um esboço de expansão tentacular. Por esses tentáculos através dos quais a cidade se ia ampliando, observa-se a influência que, sobre o seu traçado geral, foi sendo exercida pelas vias de circulação irradiadas a partir do núcleo central. Vias de circulação que, a seu turno, tiveram sua localização pré-indicada pelas condições topo-hidrográficas da planície recifense.¹⁵

Na segunda metade do século XIX, com a desativação dos primeiros engenhos

e o seu parcelamento, nenhum plano se fez (...). O Recife, no nível de acesso da área urbana para o subúrbio, a área dos antigos engenhos, e das povoações, se organizava segundo aqueles acessos principais, que também se dirigiam para as outras cidades, e os outros acessos secundários, engenho a engenho.¹⁶

O aparecimento da forma estelar ou tentacular é tematizado por geógrafos e urbanistas para dar conta da expansão urbana a partir da segunda metade do século XIX, com o estabelecimento dos caminhos ligando a área urbana formada pelos bairros de Recife, Santo Antônio e São José às povoações suburbanas e aos engenhos na área rural do município. Para Zancheti,¹⁷ essa ocupação mantém *“um equilíbrio ambiental no seu todo”*. Parece que a postura nostálgica está disseminada, e o distanciamento entre o homem e a natureza, no século XX, provocou a perda da familiaridade com o ambiente citadino e o surgimento de sentimentos negativos.

Até as primeiras décadas do século XX, a forma urbana da cidade do Recife¹⁸ permanecia seguindo em cinco direções: norte, sul, sudeste, oeste e noroeste, formando a malha viária principal da cidade. O confronto entre as plantas de 1932 e 1943 mostra menor registro de áreas de mangues devido aos aterros, à ocupação dos morros a noroeste e à expansão urbana, na direção oeste, ao longo da Av. Caxangá, alcançando, então, o bairro de Iputinga, mantendo-se a forma tentacular.

No entanto, ao serem confrontadas as plantas de 1943 e 1951, verifica-se que, na primeira, o rio Capibaribe marcava uma das linhas de ocupação da cidade, a que se estendia na direção do centro para as áreas localizadas ao norte e noroeste do município; e, na segunda, esse elemento da natureza já tinha sido ultrapassado, e a ocupação estendia-se contínua ao longo da outra margem. Pode-se dizer que, ao norte, os vazios entre os tentáculos ou vias foram ocupados abrangendo os bairros do Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Água Fria, Beberibe, Casa Amarela e Poço; e, ao sul, mantinha-se a ocupação tentacular ao longo das avenidas São Miguel-Central e das avenidas Herculano Bandeira-Boa Viagem. Pode-se dizer que, na década de 1940, ocorreu a ruptura da forma tentacular, conformando uma figura com os tentáculos, ao sul, e a mancha urbana, ao norte, espalhada na planície e subindo os morros.

O rio permaneceu marcando a fisionomia da cidade, mas os bairros perderam os limites, interligaram-se, compondo uma tessitura contínua de quadras, ruas e edificações, estabelecendo lugares onde os vazios não eram mais ambientes naturais, eram ambientes construídos, comportando múltiplas atividades e deslocamentos. As vias permaneceram na sua função de assegurar os deslocamentos biunívocos: núcleo central/subúrbios; porém, ao lado dos deslocamen-

tos radiais, passaram a existir deslocamentos perpendiculares e transversais advindos das novas ruas.

A modificação da forma urbana tentacular foi assim enunciada por Baltar:

Essa morfologia que, pode-se dizer, se manteve até cerca de trinta anos atrás, quando se acelerou o ritmo de urbanização do Recife e os setores até então desocupados começaram a ser cobertos de edificações.¹⁹

Essa afirmativa, feita quase simultaneamente à ocorrência da modificação da forma do Recife, diz que, após os anos 20, a cidade começou a sofrer modificações com a ocupação dos vazios existentes entre os seus tentáculos. Recentemente, outros urbanistas confirmaram e complementaram o enunciado.

Na verdade, a tendência a uma maior ocupação da cidade vem se dar desde 1940 (...).²⁰

Se até os anos quarenta a planta do Recife mostrava um centro compacto, do qual partiam linhas em várias direções (...) ocupando as povoações esses tentáculos, a partir daí, essas áreas passaram a ser loteadas.²¹

Os alongamentos ou tentáculos da cidade foram-se tornando mais largos, perdendo aos poucos a configuração linear primitiva. Os bairros e subúrbios foram-se ampliando e se soldando melhor uns aos outros e ao espaço central para formar uma massa de construções contínuas.²²

425

O confronto entre a ocupação da cidade, registrada na planta de 1951, e a referente ao ano de 1970 permite afirmar que, ao longo dessas duas décadas, as áreas vazias entre os tentáculos ou vias ao sul foram ocupadas, a mancha urbana espalhou-se, avançou mais e mais no ambiente natural, transformando-o em ambiente construído, alterando, em quase toda a extensão territorial da cidade, a proporção espaço vazio/espaço edificado.

Os lugares foram modificados: as áreas de mangues e alagados tornaram-se terra seca; os locais onde havia terras desabitadas e vazias tornaram-se terrenos ocupados e edificados; os espaços em que se localizavam edificações dispersas passaram a abrigar concentrações. Os lugares da cidade transformaram-se, multiplicaram-se, expandiram-se, e esses eram movimentos de conflitos entre o ambiente natural e o ambiente construído, provocando a “perda do equilíbrio ecológico”.

Embora a ocupação das áreas entre os tentáculos fosse um fato percebido desde os anos 20, a ruptura da forma urbana no transcurso da década de 40 foi um fato abrupto e vertiginoso, provocando estranheza registrada nos enunciados dos urbanistas e jornalistas à época. Nestor de Figueiredo propalava “*crescimento desordenado*” (Diário da Manhã, 3/9/1931); nesse mesmo sentido, o jor-

nalista Mário Melo (Jornal do Comércio, 9/8/1941) utilizava a metáfora “*menina mal educada, cheia de vontades, a fazer o que bem entende*”. E mais, ao “*equilíbrio ecológico perdido*”, evocado por Baltar, agregou-se a fala de Mello:

O Recife está ameaçado. Ameaçado terrivelmente de descaracterizar-se. De ser absorvido por um outro Recife: o Recife que está começando a nascer. Um outro Recife. Um Recife estranho aos olhos dos provincianos.²³

Os sentimentos de nostalgia, de estranheza, de ameaça, marcaram a percepção do Recife pelos urbanistas diante da ruptura da forma tentacular e do aparecimento da mancha urbana, porém essas percepções diziam respeito, também, a fatos situados para além dos relativos à forma urbana.

CIDADE DA MISÉRIA? RECIFE: MENINA MALTRAPILHA

426

À nostalgia ecológica, tão presente neste momento na fala dos urbanistas e jornalistas, falando da cidade naturalizada no passado à qual todos faziam recorrência como parâmetro do bem-viver, agrega-se a nostalgia da cidade, fundada na cultura conservadora da cana-de-açúcar, transformada, de acordo com Simmel,²⁴ na sede da economia monetária e da crescente divisão do trabalho, marcada pela impessoalidade e individualidade; prenhe, portanto, de relações humanas estranhas, misturadas às familiares. Difícil assimilar tal cidade, manter-se reconhecido como participante e finalidade de sua existência.

A nostalgia da cidade provinciana, porquanto entrelaçada ao mundo rural da produção açucareira, diz respeito ao aparecimento das usinas em fins do século XIX, marcando a cisão entre usineiros e fornecedores de cana. Entretanto, na primeira década do século XX, já é marcante uma outra fenda entre os detentores do poder econômico: os usineiros/fornecedores de cana, os grupos comerciais e os incipientes grupos industriais.²⁵

A primeira onda de industrialização do Recife ocorreu a partir de 1875, voltada para os bens de consumo duráveis. Destes últimos, o ramo têxtil constituiu-se em fator indutor de vários bairros, como Santo Amaro, Boa Vista, Cordeiro, Várzea, Macaxeira e Torre. Entretanto, esse impulso industrial foi obstado pela estreiteza do mercado à sua disposição, decorrente do restrito dinamismo da economia açucareira.²⁶

O poder político provinha quase exclusivamente dos usineiros e dos fornecedores, inclusive na ocupação de cargos públicos no executivo e legislativo, entremeando, por vezes, políticos da cidade e clientela da zona do açúcar.²⁷

A Revolução de 1930 pouco conseguiu modificar esse quadro político. Embora em nível nacional estivesse em curso a redefinição parcial dos esquemas

políticos de dominação regional e a modernização do aparelho de Estado, localmente a burguesia agroindustrial açucareira permaneceu dominando o aparelho de Estado, em nível estadual, até 1937.

Ao lado dos usineiros, dos fornecedores de cana, dos coronéis do interior, dos comerciantes, dos empresários industriais, da classe média urbana, já nos finais dos anos 20 ganha notoriedade política o proletariado urbano. Esse conjunto social informava uma certa configuração espacial do Recife: residências, comércio, porto e indústrias, mas essa aparente complementaridade de funções citadinas é transfigurada na competição ou no conflito pelo uso, apropriação e fruição da terra urbana. Lembrando Marx,²⁸ à medida que se aprofunda a divisão do trabalho na cidade e a oposição entre os interesses não só entre capital e trabalho mas entre segmentos do capital e do trabalho, intensificam-se os conflitos entre as classes sociais na cidade e pelo funcionamento da cidade.

Porém, se a cidade do Recife ganha notoriedade política ao final da década de 1920, pelo proletariado urbano, ela já tinha notoriedade cultural pelos mocambos disseminados por todo o seu território. Segundo Lira,²⁹ os primeiros registros dos mocambos na cidade do Recife remontam à segunda década do século XIX. Essas habitações passaram a ser vistas, depois da década de 1920, como tipos primitivos de casas populares “irremediavelmente ligadas à cidade” e também como objetos de intervenção estatal; como contraposto, apareceram “as habitações higiênicas, operárias ou de pequeno valor”. Isto é, a partir das primeiras décadas deste século, o mocambo surge “como um mal (...) como uma realidade indesejável (...) o perigo representado pelos mucambos era, há um tempo, sanitário e estético”, espalhado pelos bairros mais populosos da cidade.³⁰

Se, pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos não só “cercavam a cidade como um babado” como estavam “enquistados em áreas mais urbanizadas”, em 1939 essa situação devia ser aterradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo.³¹

Com o interventor Agamenon Magalhães, o combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco. Num primeiro momento, a atuação do governo de Agamenon Magalhães caracterizou-se apenas pela destruição dos mocambos; porém, após as articulações com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), assistiu-se a um surto construtivo de vilas habitacionais destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos segmentos profissionais não-organizados.

A cidade modificava-se vertiginosamente pela decomposição do complexo rural; a cidade modificava-se pela emergência de novas forças sociais e políticas; a cidade modificava-se pelo crescimento do número de mocambos; a cida-

de modificava-se pela destruição de mocambos e pela construção de vilas habitacionais; a cidade tornava-se rebelde em suas múltiplas expressões; portanto, como fazer essa menina, tornada mal-educada, parodiando o jornalista Mário Melo, voltar a ser a sinhazinha de outrora?

Essas modificações elencadas expressavam uma natureza em conflito, diferentemente daquela pontuada anteriormente entre ambiente natural e ambiente construído. Evidenciavam-se conflitos entre capital e trabalho, entre forças sociais, entre funções ou atividades inerentes ao ambiente construído. Dessa maneira, a cidade não era homogênea nem uniforme. Ela continha lugares diferenciados pelo modo como era apropriada, usada e fruída. Essa argumentação reporta a cidade como uma unidade econômica, ou seja, como concentração dos meios de consumo coletivos e dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho, segundo Lojkin; como dimensão espacial das relações socioeconômicas, de acordo com Lipietz; e como produto material das relações sociais, para Castells.³² Tais entendimentos conferem à cidade uma forma, uma função e uma significação social.

No entanto, Castro, comparando o crescimento do Recife com o de outras grandes cidades européias e americanas, ao final dos anos 40, manteve a proposição naturalizada e bucólica da cidade, enunciando um “*desarranjo cósmico*”.

428

A cidade só se deixa captar na unidade de sua expressão urbana, quando vista do alto dos aviões, em sua perspectiva vertical (...). Cidade construída numa planície encharcada, formada de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e paús, envolvidos e salpicados por manchas d'água por todos os lados, é impossível captar-se a expressão do seu rosto, do nível do solo ou do mar (...). É curioso ressaltar o contraste entre Amsterdã e Recife. Apesar de as duas cidades possuírem geograficamente paisagens semelhantes, com ilhas, rios, pontes e canais; enquanto em Amsterdã os componentes da paisagem se apresentam geometricamente disciplinados num perfeito arranjo urbano, no Recife tudo está ostensivamente jogado numa espécie de desarranjo cósmico (...). Em suas múltiplas expressões, a cidade traduz o fato auspicioso de que conseguiu crescer, sem matar a vida da paisagem, sem artificializar-se rigidamente, como aconteceu com outras cidades do mundo.³³

Essa narrativa, destoante das demais, denota ambigüidade quanto à imagem da modelatura da cidade: ora de estranhamento, ora de familiaridade; porém, ainda hoje, a perda do equilíbrio entre natureza e cidade no Recife é reportada aos idos de 1940 e 1950: “*Algumas décadas de crescimento explosivo*”, afirma Melo; “*até se terá uma desordenada expansão urbana, que por sua vez ocupou indiscriminadamente as áreas planas*”, atesta Menezes; “*tinha todas as condições*

para um crescimento equilibrado no século XX, não se podendo prever que iria ocorrer um crescimento descontrolado, a partir de 1940”, sentencia Andrade; “até o início da década de 50, foi mantido um certo equilíbrio entre a ocupação urbana e o ambiente natural de suporte da cidade”, atenua Zancheti, deslocando a completa ruptura da forma urbana e do equilíbrio entre ambiente natural e ambiente construído para a década de 1960.³⁴

A negatividade era dominante nas representações da nova modelatura, porém não ficou restrita à da perda do equilíbrio entre natureza e cidade. Outras se tornaram, nos anos 50, a tônica constante de urbanistas: as de metrópole regional e de cidade da miséria e atraso regional.

RECIFE: METRÓPOLE NATURAL DO NORDESTE

Metrópole natural do Nordeste.³⁵

Há mais de três séculos que o Recife suporta as conseqüências de ser a metrópole regional do Nordeste. Desde que os holandeses incendiaram Olinda, em novembro de 1631, o Recife passou a ser ‘de fato’ a capital de Pernambuco (...). Mas, àquele tempo, o antigo ancoradouro de Olinda já garantira para a povoação quinhentista, que surgira à sua margem, o papel de metrópole de toda uma região brasileira, que o Recife nunca mais perdeu (...)” (Tadeu Rocha, Diário de Pernambuco de 20/4/1958).

O vazio da cidade dos caranguejos, esmagados pelos aterros e pelos viadutos continua (...). O capital vigia, o trabalhador não pode parar. Os viadutos dilaceram a cidade (...). Recife, esplêndido mito, realidade cruel. Eis o dilema!³⁶

Sina histórica ou fabricação de letrados, o Recife parecia estar pregado à condição de puxador de um conjunto cultural-geográfico que o atava ao conservadorismo e à morosidade econômica. Parecia não ter ocorrido transformação. Estaria o ambiente modificado apenas em pequenos contornos?

O crescimento demográfico nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%. Trata-se de um incremento explosivo a ser explicado pelo aumento correspondentemente acelerado da parcela de crescimento vegetativo e do incremento da parcela, ao que tudo indica, ainda maior, representada pelos fluxos migratórios ou, mais precisamente, pelos saldos do balanço migratório. Esse crescimento, no transcurso da década de 1950, significou a passagem de uma situação de quase equilíbrio da distribuição populacional entre urbana (55,5%) e rural (44,5%), para uma outra, em que há dominância da primeira (1960, 65,7%) sobre a segunda.

O lugar urbano abrangia os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, bem como parte de Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Afogados e Madalena. O suburbano incluía os remanescentes territórios desses últimos cinco bairros e parte dos de Tejipló, Boa Viagem, Várzea, Poço, Casa Amarela e Beberibe. Compreendia, portanto, a maior porção do território. As áreas restantes em relação a esses seis últimos bairros formavam o quadro rural do município.

Ao lado das elevadas taxas de crescimento demográfico, o fenômeno das secas, os males do latifúndio improdutivo, as deficiências de distribuição de energia elétrica, as deficiências de transportes, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as endemias e a carência alimentar compunham o quadro aterrador do Nordeste e, particularmente, da sua metrópole regional - o Recife. Assim, nos anos 50, como de há muito, a cidade refletia a situação de paralisação econômica por que passava a região Nordeste. Essa situação de paralisação econômica era reportada à dominância da economia açucareira. Impunha-se desentrelaçar a economia regional da produção açucareira e promover a industrialização do Nordeste. Essa foi a idealização política maior dos intelectuais e dos industriais à época, para fazer frente aos entraves econômicos, à miséria do povo e ao crescimento populacional.

430

O Congresso de Salvação do Nordeste conclui pela necessidade inelutável de se eliminarem os entraves ao desenvolvimento regional (...) para incrementar a industrialização e obter o bem estar das populações regionais (...) outros entraves deverão ser afastados, como os efeitos das secas periódicas e o regime da grande propriedade improdutiva.³⁷

As questões das disparidades regionais resultaram na criação da Sudene. Esse fato foi, posteriormente, tematizado negativamente como “*correia transportadora da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste*” e por ter implicado a perda de força do “*capital regional em face de uma concorrência desigual*”.³⁸

Se ao longo da década de 1950 se inicia a integração do mercado nacional, viu-se, ainda, a disseminação do nacionalismo e do socialismo, com diferentes expressões regionais. A estrutura política montada no Estado Novo dá os seus primeiros sinais de desmonte com a eleição de Pelópidas Silveira para prefeito da capital pernambucana, pela aliança Frente do Recife, composta por comunistas, socialistas, trabalhistas e correntes da esquerda independente, vindo a ocorrer o seu colapso a partir da vitória de Cid Sampaio para o governo do Estado, em 1958, pela mesma aliança política.³⁹

O entusiasmo político decorrente do exercício democrático e das vitórias eleitorais suportou o porvir do Recife. Embora os fatos econômicos indicassem

obstáculos de difícil e complexa superação, os fatos políticos conjugados à propagação dos ideários nacionalista e socialista forneceram o fundamento ao projeto de industrialização do Nordeste e, em especial, do Recife, como contraposição à miséria e ao atraso regional.

A cidade modificava-se pelas mazelas econômicas e pelo crescimento demográfico. Sem dúvida, os mocambos, em que pese a sanha demolidora de Agamenon Magalhães, permaneciam como antes. A cidade da miséria já era propagada nos anos 30, porém não com a ênfase conferida nos anos 50, principalmente por ter sido feita a associação entre miséria e atraso regional. Parodiando Mário Melo, a cidade poderia ser figurada como a menina maltrapilha e desajustada, relegando-se a segundo plano os enunciados de descaracterização, desordem e descontrole relativos ao distanciamento entre o homem e a natureza.

As narrativas que tratam da pedra furada à cidade maurícia sugerem a apropriação da natureza externa ao homem, do estranhamento do homem em face de um ambiente tropical diverso daquele dos países europeus. Nessas narrativas, o distanciamento do homem em relação à natureza parecia ser algo desejado, sendo-lhe conferido um sentido de positividade.

As narrativas da cidade tentacular, da cidade da miséria e da metrópole natural do Nordeste mostram que ocorreu um maior distanciamento do homem em relação à natureza provocando o apelo à nostalgia e à rememoração de um tempo perdido, daí o sentido de negatividade tão constante nos enunciados.

As representações de cidade-paraíso e cidade da liberdade, relativas às nossas origens, mantiveram-se e superpõem-se às representações negativas tão próprias dos urbanistas e jornalistas da atualidade, constituindo a tessitura cultural do Recife.

431

NOTAS

* Doutora pela Universidade de São Paulo em História Urbana. Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

¹ Sobre o entendimento de representação ver CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A/Difel.

² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. 6ª ed. Brasília: Editora Melhoramentos, 1975, p. 114.

³ CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*. Brasil: Imprensa Nacional, 1948, p. 32.

⁴ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 26 e 27.

⁵ BERNARDES, Denis. “Para reler o Recife e suas origens”. In REZENDE, Antônio Paulo (org.). *Recife: que História é essa?* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987, pp. 17, 19 e 27.

⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3ª ed. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1997, p. 31.

⁷ MENEZES, José Luiz M. *Olinda e Recife — 1537/1630*. Recife. Mimeo. (s/d).

⁸ LAET, Joannes de. *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1916, pp. 235 e 240.

⁹ *Idem*, p. 238.

¹⁰ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4ª ed. Recife: Fundarpe, 1985, pp. 38, 111 e 112.

¹¹ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980, p. XII.

¹² *Idem*, p. 142.

¹³ *Idem*, p. 149.

432

¹⁴ A gênese da modernização da cidade do Recife remonta ao século XIX. Não se constitui num processo casual e encadeado, mas em momentos de inflexão e construção de outras representações e intervenções modificadoras da fisionomia da cidade. Portanto, nem todos esses momentos estão aqui tratados, dado que a opção foi comparar as origens com a atualidade das décadas de 1930 e 1950.

¹⁵ MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: Universidade Federal de PE/Dep. de Ciências Geográficas, 1978, pp. 59 e 61.

¹⁶ MENEZES, José Luiz M. “A Ocupação do Recife numa perspectiva histórica”. In *Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento Urbano/Consórcio Procenge/Urbana/Acqua-Plan, 1990, p. 10.

¹⁷ ZANCHETI, Sílvio Mendes. “A Valorização da paisagem no meio ambiente urbano”. In *Anais do Seminário Questões Ambientais Litorâneas*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 1993, p. 70.

¹⁸ Conforme está documentado em mapas de 1648, 1808, 1855, 1878, 1907, in MENEZES José Luiz M. *Atlas histórico e cartográfico do Recife*. Recife: Ed. Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1988. E em mapas de 1645, 1844, 1870 e 1907, in MELO, Mário Lacerda de. *op. cit.*

¹⁹ BALTAR, Antônio Bezerra. *Diretrizes de um Plano Regional para o Recife*. Recife. Tese de concurso para o provimento da cadeira de urbanismo e arquitetura paisagística na escola de Belas Artes da Universidade do Recife, 1951, p. 47.

²⁰ MENEZES, José Luiz M. *Op. cit.* 1990, p. 12.

²¹ ANDRADE, Manoel Correia de. “A constituição do Recife metrópole regional”. In *Pla-*

no *Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento Urbano/Consórcio Procenge/Urbana/Acqua-Plan, 1990, p. 22.

²² MELO, Mário Lacerda de. *Op. cit.*, p. 71.

²³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Aspectos da descaracterização do Recife*. Recife: Edição do Grêmio Literário Ruy Barbosa. Coleção Espaço e Tempo I, 1951, p. 12.

²⁴ SIMMEL, George. “A metrópole e a vida mental”. In VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

²⁵ PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO-PCR/Seplan. “A formação política e cultural da cidade do Recife”. In *Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife*. Recife. PCR/Seplan/Consórcio Procenge-Urbana-Acquaplan. 1990. pp. 34 e 40.

²⁶ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, pp. 304 e 322.

²⁷ LEVINE, Robert. *A velha usina — Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 77.

²⁸ MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979, p. 29.

²⁹ LIRA, José Tavares Correia de. “A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 30”. In *Espaço & Debates*. São Paulo: Editora Parma Ltda, n.º 37, ano XIV, p. 54, 1994.

³⁰ LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e na ordenação do espaço habitado*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 1996, pp. 14, 128, 132 e 133.

³¹ *Idem*, p. 141.

³² LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981; LIPIETZ, Alain. *El capital e su espacio*. México: Siglo XXI, 1977; CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. 4ª ed. México: Siglo XXI, 1977.

³³ CASTRO, Josué de. “Perspectiva ideal da cidade do Recife”. In *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. Recife, nºs 19-34, jan.-dez./1946-1949.

³⁴ MELO, Mário Lacerda de. *Op. cit.*, p. 120; MENEZES, José Luiz M. *Op. cit.*, 1990, p. 12; ANDRADE, Manoel Correia de. *Op. cit.*, p. 17; ZANCHETI, Sílvio Mendes. *Op. cit.*, p. 72.

³⁵ LEBRET, Louis Joseph. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. 2ª ed. rev. Recife: Condepe, 1974, p. 44.

³⁶ BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996, p. 71.

³⁷ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise — 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 51.

³⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento*

Virginia Pontual

to e Conflito de Classes. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977, p. 26; e ANDRADE, Manoel Correia de. *Op. cit.*, p. 19.

³⁹ SOARES, José Arlindo. *Op. cit.*, p. 47.

Artigo recebido em 10/2000. Aprovado em 10/2001.

Revista Brasileira de História, vol. 21, n° 42